

# ASPECTOS DA TEORIA GERAL DO DIREITO AGRÁRIO. IMPORTÂNCIA DO DIREITO AGRÁRIO PARA AS ATIVIDADES AGROPASTORIS

*Fábio Maria De-Mattia*

Professor Titular do Departamento de Direito Civil - área de Direito Agrário  
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

## I - PROLEGÔMENOS

Até o advento da nova era para o Direito Agrário (a partir de 1922) não havia um afastamento da terra como seu objetivo e fundamento.

Os institutos de que se constituía, na grande maioria, pertenciam aos Direitos reais, excetuada a importante categoria jurídica dos contratos agrários.

A data referida - 1922 - foi o início das preocupações para a elaboração de um Direito Agrário que tivesse o elemento fundo tão-somente como um dos seus elementos.

O Direito Agrário tem como seu tronco a denominada Teoria Geral do Direito Agrário e como ramificações o Direito Civil Fundiário, o Direito Ambiental, este hoje matéria de grande extensão, mas presente com profundas raízes em nossa disciplina. Há, também, uma vizinhança indissociável com o Direito do Trabalho.

Os institutos contratos agrários e o crédito rural estão inseridos na Teoria Geral do Direito Agrário conforme o ensinamento de jusagraristas italianos, espanhóis, acompanhados por latino-americanos.

O elemento diferenciador do Direito Agrário localiza-se na sua especialidade, razão de sua autonomia científica e didática, quicá de sua autonomia em relação aos demais ramos do Direito, isto se for possível, a despeito da interligação acentuada entre o Direito Privado e o Direito Público, cada vez mais perceptível na nova disciplina.

A especialidade se revela através da atividade agrária, elemento central de nossa disciplina, instituto limítrofe entre o Direito Agrário clássico e o moderno.

Para ilustrar a especialidade, deve ser estudado o conjunto de implicações jurídicas da noção de agricultura, tendo presente o impacto resultante do avanço tecnológico, como a novata agricultura sem terra, a noção de integração da agricultura no sentido vertical e horizontal e seu fator modernizador do Direito Agrário.

A Teoria Geral do Direito Agrário é fundamental para o entendimento de uma visão moderna da matéria.

Escolhemos três institutos fundamentais para tecer considerações gerais sobre a especialidade do Direito Agrário, daí decorrer a pertinência do tema "Importância do Direito Agrário para as atividades agropastoris".

Os institutos são a empresa agrária, o estabelecimento agrário e os contratos agrários.

A especialidade refere-se às normas que têm esse atributo em virtude de regularem situações jurídicas totalmente diferentes dos demais corpos normativos, independentemente se essa especialidade acontece por normatizar um fato técnico específico, uma relação particular ou, enfim, interesses de natureza diferente, na lição do especialista RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN.

A especialidade se impôs porque a legislação tradicional revelou-se incapaz de regular aspectos concretos do processo econômico.

LUIGI COSTATO distingue Direito da Agricultura do Direito Agrário. No primeiro, estão compreendidas normas não tipificadas pela sua agrariedade - ainda se relativas a bens que o próprio empresário agrícola pode utilizar e gozar - e não especificamente ditadas em relação à existência de uma empresa que utilize as normas.

Já o Direito Agrário, para LUIGI COSTATO, é o complexo de normas que regulam a atividade empresarial agrícola, ainda que tais regras não sejam ditadas, de modo exclusivo para a empresa, abrangendo também matérias assaz relevantes, atividades não empresariais ou não agrárias.

Neste sentido, constitui exemplo aquele apresentado pelos contratos agrários, entre os quais se especificam hipóteses de concessão para o não-empresendedor agrícola; e as normas comunitárias sobre intervenção no mercado de produtos agrícolas, que de um lado se podem referir a produtos assim denominados de primeira transformação industrial (açúcar, insulina, etc.), e de outro, são aplicadas a todos os demais interessados e não somente aos empresários agrícolas (como os preços de intervenção estabelecidos pelo governo).

Estas extensões quanto à eficácia são impostas para tutelar o diretamente empresário agrícola e o seu estabelecimento.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>COSTATO, Luigi. "Compendio di Diritto Agrario Italiano e Comunitario" Padova: CEDAM - Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 1989, pp. 20 e 21.

Na realidade, o fato de as regras de concessão de uso de terreno agrícola se aplicarem, também, a não-empresários, parece ser não tanto fruto de uma distração do legislador.

Mas, na realidade, o fato de as regras da concessão do uso de terreno agrícola se aplicarem, também, a não empresários, parece ser não tanto fruto de uma distração do legislador, mas antes uma técnica para evitar formas de concessão de uso de terreno agrário subtraídas ao regime especial, através das quais a parte concedente poderia efetuar negócios também com empresários agrícolas, aperfeiçoados em modo contrário ao interesse que a lei pretende tutelar.

O sistema de preços dos produtos agrícolas foi posto em prática sem individualizar especificamente os sujeitos protegidos, mas em verdade com o escopo de tutelar os rendimentos dos empresários agrícolas, que se efetua com a intervenção sobre produtos não agrícolas, ligados aos primeiros (empresários agrícolas) na relação produto - transformação - produto agrícola para ser transformado, ou produto sucedâneo - produto agrícola.<sup>2</sup>

É necessário ter presente a relevância do fato técnico.

Neste sentido, FERNANDO SALARIS ressalta que em doutrina observou-se que o fato técnico constitui um dos fatores de especificação do Direito Agrário, idôneo a incidir sobre a especialidade da matéria com uma estruturação adequada de preceitos.

O fato técnico está presente em toda manifestação típica que transforma o Direito Agrário em um *ius*, que se adiciona à substância e de tal substância regulada pode-se dizer *proprium*.

FERNANDO SALARIS, que cita ANTONIO CARROZZA, conclui que a técnica de complementação da norma com referência ao fato técnico realiza, indiretamente, a adequação do Direito à natureza do fato a regular, evidencia os motivos de natureza sócio-política das escolhas não apenas legislativas, mas interpretativas.<sup>3</sup>

## II - A INTERAÇÃO DA EMPRESA NA AGRICULTURA

Um traço definidor do Direito Agrário moderno - tendo presente o valor decisivo que deve ser atribuído ao fator econômico - é que a produção passou a despertar a atenção crescente da legislação especial, regulando melhor o uso de bens produtivos.

ETTORE CASADEI aponta tal mutação, pois a atividade de cada um no campo agrário passou a ser encarada como um complexo de atos organicamente coligados e direcionados à produção de bens e serviços, isto é, atuação como empresa.

<sup>2</sup>COSTATO, Luigi. Obra citada, p. 21.

<sup>3</sup>SALARIS, Fernando. "La riduzione al 'tipo unico' dei contratti agrari", Torino, G. Giappichelli, 1989, p. 80. Cita CARROZZA, Antonio. "Problemi Generali e profili di qualificazione del diritto agrario", pp. 108 e ss.

Daí a estruturação de uma legislação com o espírito de disciplinar não mais a propriedade dos bens, mas o seu uso e as atividades exercidas mediante seu emprego.

O empresário agrário passou a estar submetido a obrigações e tornou-se sujeito de direitos.

O proprietário ou possuidor de imóveis rurais deixou de ser o centro das atenções.<sup>4</sup>

Mas ANTONIO CARROZZA posicionou-se no sentido de destacar a dificuldade em encontrar uma definição de Direito Agrário, quer elaborando-a através da noção de empresa agrária, quer através de referências ao conceito de agricultura, sobretudo pela *"objetiva dificuldade de se remontar da agricultura ao Direito Agrário, com ou sem a intermediação lógico-formal da empresa agrária"*.<sup>5</sup>

ANTONIO CARROZZA entende que o Direito Agrário é o direito da agricultura e ALFREDO MASSART conclui que esta definição tem o valor de se limitar a consideração de uma realidade incontroversa, descrita em uma fórmula de conteúdo amplo, que não parece, até agora, seriamente contestável.<sup>6</sup>

O Direito Agrário, contudo, não se circunscreve ao âmbito de atuação da empresa agrária.

ALFREDO MASSART adverte que

*"identificar o Direito Agrário com o direito da empresa agrária pode ser original e abrangente em certos aspectos, porém não é, certamente, suficiente para compreender todo o campo do Direito Agrário, pelo menos nos limites daqueles confins que parecem agora ter-lhes sido reconhecidos"*.

Fundamenta sua crítica ressaltando que, adotado tal critério, o Direito Agrário abrangeria, marginalmente toda a regulamentação do beneficiamento, analisada em sentido lato, a reordenação fundiária, armazéns ou entrepostos, além da legislação em matéria de caça e pesca e a coleta de cogumelos e trufas, apenas para exemplificar.

E conclui ALFREDO MASSART: tal visão conduziria a excluir ou pelo menos desvalorizar injustificadamente o aspecto por assim dizer dinâmico e vivo do ciclo produtivo que com exatidão se renova na agricultura.<sup>7</sup>

Porém, LUIGI COSTATO enumera que, também, são produtos agrícolas aqueles obtidos quando o pomar estiver coberto de redes contra o granizo; o mesmo

<sup>4</sup>CASADEI, Ettore. *"Diritto Agrario"*, 1975, apostila utilizada pelos alunos da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Bologna e Modena, p. 1.

<sup>5</sup>CARROZZA, Antonio. *"Problemi generali e profili..."* p. 36 citado por MASSART, Alfredo. *"Síntesis de Derecho Agrario"*, 1ª edição, San José de Costa Rica: Editorial Sapiencia, Ediciones Grayacán 1991, p. 6.

<sup>6</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 6, nota 2.

<sup>7</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 7, nota 2.

ocorre com certas verduras produzidas com antecipação com o auxílio adequado obtido com estrumação apropriada; resultados iguais ou melhores podem ser alcançados, em certos casos cobrindo-se parcialmente as plantas com telas de *nylon* escuro que, detendo o calor dos raios solares, facilitam o amadurecimento. Outra técnica é adotada, freqüentemente, pelos agricultores: coberturas de *nylon* transparente, com o escopo de acelerar a produção, são colocadas com estruturas móveis, sobre plantas depois do transplante, com o escopo de acelerar a produção.<sup>8</sup>

Conclui-se que o Direito Agrário não se limita à atuação da empresa agrária *stricto sensu*.

Outro aspecto importante é ter presente que o conceito de agricultura foi-se modificando com o decorrer do tempo e passou-se a admitir a influência não só do Direito Privado, mas também do Direito Público, por causa da relevância que o setor, por razões econômicas, estratégicas e sociais, tem no conjunto da produção.

LUIGI COSTATO exemplifica, o que se acaba de enunciar, com as intervenções nos mercados de produtos agrícolas, a existência de reformas estruturais nacionais e comunitárias, a legislação inderrogável em matéria de contratos agrários e a relevância constitucional de alguns institutos agrários.<sup>9</sup>

A intervenção pública na agricultura e no mercado de seus produtos remonta muito atrás no tempo.

É, pois, impróprio sustentar que o direito da agricultura circunscreve-se ao domínio exclusivo do Direito Privado, visto que o interesse público se manifestava, como o havia feito ao longo de quase todo o arco da história européia, com normas não privatísticas que limitavam drasticamente a autonomia de cada um; isto é tanto mais verdadeiro em nossos tempos, *em que se tenta frear os excedentes produtivos através de intervenções que publicizam o Direito Agrário*.<sup>10</sup>

Tal descrição não tem estado ausente na intervenção pública do Estado Brasileiro na atividade produtiva, como é de conhecimento corrente.

### III - NOÇÃO JURIDICAMENTE RELEVANTE DA EXPRESSÃO "AGRICULTURA"

ALFREDO MASSART preocupou-se, portanto, com a "necessidade de aprofundar o significado juridicamente relevante da expressão agricultura", após evidenciar que a observação de que o Direito Agrário pode ser, genericamente, apresentado como o "direito da agricultura" não justifica um debate, por ser este um critério demasiado óbvio, a dispensar ulterior demonstração.

Ressalta a importância da atenção para com o termo agricultura, porque a doutrina jurídica não tem valorizado plenamente a importância e o nexo com a solução de muitos problemas jurídicos, limitando a tratar esse tema de teoria geral

<sup>8</sup>COSTATO, Luigi. op. cit. p. 123.

<sup>9</sup>COSTATO, Luigi. op. cit. p. 123.

<sup>10</sup>Id., ibid. op. cit. p. 3.

apenas marginalmente, ou relegá-lo imediatamente como não influente ou inútil, no despropósito dos temas secundários.<sup>11</sup> E aponta: o mundo da agricultura deve dar lugar a uma concepção inteiramente científica e técnico-econômica dos fenômenos conexos com esta.<sup>12</sup>

A busca do significado exato e essencial da expressão "agricultura" interessa ao jurista, porque em torno dela gira toda a parte do direito positivo que se denomina Direito Agrário.<sup>13</sup>

As atividades agrárias, para serem assim qualificadas, dependem de um conceito agrário unitário que deve constar da base da norma, na lição de ENRICO BASANELLI.<sup>14</sup>

A importância do conceito de agricultura se comprova com a consequência gerada por noções ou mesmo conceitos insuficientes, daí a necessidade de o intérprete da lei ter de receber da norma uma direção clara, dedutível da compreensão completa da relação por regular.<sup>15</sup>

São exemplos práticos dos problemas surgidos a partir da conceituação imprecisa de agricultura: numerosas disputas sobre os limites entre agricultura e comércio; disputas conexas ao desenvolvimento da ciência e da técnica aplicada ao campo de abrangência do Direito Agrário.<sup>16</sup>

ALFREDO MASSART analisa a importância da reflexão: a falta de inclusão do conceito de agricultura na legislação concernente ao Direito Agrário ou o entendimento de que o conceito de agricultura não encontra explicação de sua essência no direito positivo ou na ciência em geral só poderia se basear por se não tratar de um conceito jurídico, vez que o conceito de agricultura é por sua natureza científico-técnico e pré-jurídico.<sup>17</sup>

Com efeito, nem o legislador nem o jurista poderiam elaborá-lo, por lhes faltar noções e competência necessárias próprias do patrimônio científico dos técnicos.

Daí ser conclusão pacífica em doutrina que o ordenamento jurídico atribui a certos fatos ou atos efeitos próprios e determinados e igualmente é pacífico o entendimento de que o ordenamento jurídico não pode incidir sobre a essência extrajurídica do objeto tomado em consideração pelo Direito.<sup>18</sup>

A conclusão poderia estar na adoção como critério daquele denominado agrobiológico, cabendo ao Direito Agrário regular todo o conjunto normativo relativo a produção de animais e vegetais, na lição de RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN.<sup>19</sup>

<sup>11</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 6.

<sup>12</sup>Id., ibid. p. 8, nota 4.

<sup>13</sup>Id., ibid. p. 9.

<sup>14</sup>Id., ibid. p. 9.

<sup>15</sup>Id., ibid. p. 10.

<sup>16</sup>Id., ibid. p. 10.

<sup>17</sup>Id., ibid. p. 11.

<sup>18</sup>Id., ibid. p. 11.

<sup>19</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón, em ANTONIO CARROZZA e RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, "Teoría General e institutos de derecho agrario" p. 129.

Para ANTONIO CARROZZA, o critério da agrariedade se consubstancia

*"na atividade produtiva agrícola consistente no desenvolvimento de um ciclo biológico, vegetal ou animal, ligado direta ou indiretamente ao desfrute das forças e dos recursos naturais e que se resolve economicamente na obtenção de frutos, vegetais ou animais, destinados ao consumo direto tais como são, ou submetidos a uma ou múltiplas transformações."*

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, por sua vez, esclarece que neste sentido considera-se que a atividade agrária principal se orienta para a produção de animais e vegetais e por isso denomina-se critério biológico, sendo o Direito Agrário encarregado de regular todo o conjunto normativo a este tipo de produção.<sup>20</sup>

Para RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, não há dúvida de que se percebe uma certa identidade entre o objeto do Direito Agrário e a própria agrariedade, ou melhor, entre este e agrariedade, junto com as atividades conexas.<sup>21</sup>

Numa lição moderna, ensina FERNANDO SALARIS que:

*"a agrariedade de um contrato não é conexa apenas à existência de um fundo ou criação de animais, mas à circunstância que estes bens constituem o ponto de referência de uma iniciativa econômica, cujo objeto é, por exemplo, o desenvolvimento de uma atividade de cultivo ou de criação. Esta atividade deve apresentar as características de empresa".<sup>22</sup>*

Passou-se a conceber a noção extrajurídica do fenômeno agrário baseada na aquela que foi denominada teoria agrobiológica:

*"a atividade produtiva agrícola consiste no desenvolvimento de um ciclo biológico concernente à criação de animais ou vegetais, que surge ligado, direta ou indiretamente, à fruição das forças e dos recursos naturais e que se explica economicamente na obtenção de frutos."*

A teoria agrobiológica demonstrou ser mais sensível às exigências que emergem da realidade moderna e à consideração em novas bases dos problemas de natureza jurídico-econômica a que se referem.<sup>23</sup>

<sup>20</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón, em ANTONIO CARROZZA e RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, ob. cit. p. 129.

<sup>21</sup>Id., ibid. pp. 130 e 131.

<sup>22</sup>SALARIS, Fernando ob. cit. p. 153.

<sup>23</sup>MASSART, Alfredo, ob. cit. p. 36.

ALFREDO MASSART complementa que o ciclo biológico ocorre sempre guiado pelo homem que, dada esta função, deve ser ainda mais um especialista no governo da produção.

#### IV - APLICAÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE EMPRESA AO EXERCÍCIO DA AGRICULTURA – A AGRICULTURA BIOLÓGICA E SEU IMPACTO CONCEITUAL

A agricultura sempre teve como fim e objeto principal e imediato os produtos agrícolas.

Diante da íntima conexão entre a atividade agrícola e o produto dela derivado, parece lógico pensar que tanto o produto agrícola como a produção agrícola (em geral) são objetivamente identificáveis com o conceito de agrariedade, sendo certo tratar-se de atividade essencialmente agrária e, por conseguinte, os produtos essencialmente agrícolas.<sup>24</sup>

Ressalte-se que tal asserção prevalece mesmo quando a atividade for exercida por empresa agrária com a natureza de sociedade comercial, isto porque a atividade será agrícola *ex se* não importando quem a exerça, pessoa física, sociedade civil ou sociedade comercial.<sup>25</sup>

Ademais, o fato produtivo característico da atividade agrícola não é tanto a terra em si e por si, mas, sobretudo, a natureza, isto porque o empresário, também, nas culturas artificiais, limita-se a colocar a natureza a desencadear a atitude produtiva própria e espontânea. Os mecanismos genéticos, que dão vida ao produto, são sempre naturais.<sup>26</sup>

Esta noção demonstra a existência de uma qualificação jurídica moderna da agricultura; esta tem por objeto a atividade de cultivo da planta, o terreno passa a ser considerado mero suporte, nem sempre obrigatório, como ocorre com as culturas denominadas artificiais ou especializadas.

Entre as culturas especializadas podem ser indicadas: certas culturas marinhas (produção de algas), ostricultura, produção de mexilhões.

As culturas em água doce são admitidas como culturas especializadas por maior número de agraristas: aquacultura em laboratório, produção de agrião, por exemplo.<sup>27</sup>

Há discussões sobre a cultura de flores em estufas, a produção de flores na fase de botões (de cravos, por exemplo)<sup>28</sup>. Isto levou à revisão dos conceitos de fun-

<sup>24</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 15.

<sup>25</sup>Id., ibid. p. 16.

<sup>26</sup>Id., ibid. p. 29.

<sup>27</sup>CONFORTINI, Massimo e ZIMATORE, Attilio. "Recenti proposte di legge sulla integrazione verticale e sulla inter-professionalità in agricoltura". Rivista di Diritto Agrario, v. 61, p. 221.

<sup>28</sup>HUDAULT, Joseph. "Per una definizione giuridica della coltura vegetale specializzata", em Rivista di Diritto Agrario, v. 68, 1989, pp. 5 e 7.



do e de boa técnica agrária; esta última evolui e se moderniza por causa do progresso científico e tecnológico e se encontra particularmente influenciada pelo desenvolvimento assumido pelos denominados "cultivos protegidos" e pela ampliação das práticas protetoras.<sup>29</sup>

ALFREDO MASSART exemplifica a variedade de práticas protetoras da agricultura e conclui que impõe-se uma revisão do conceito de "boa técnica agrária".<sup>30</sup>

Em conseqüência transforma-se o critério da normalidade no exercício da agricultura por não ser esta um absoluto, senão relativo, para se aplicar aos tipos de cultivo, às condições ambientais e temporais e que tem valor para permitir um processo adequado de desenvolvimento da agricultura.<sup>31</sup>

As mudanças na concepção de agricultura ensejam, por outro lado, problemas jurídicos, como o reconhecimento da qualificação como agrícola ou industrial, quando se tratar de culturas em estufa ou de "cultivos protegidos": há incidência, por reflexo, na qualificação, agrícola ou comercial, da empresa que exerce tal atividade.

Em verdade, a tendência prevaiente é no sentido de se tratar, efetivamente, de atividade agrícola.<sup>32</sup>

## V - A EXISTÊNCIA DE UM DIREITO ZOOTÉCNICO

A indagação que se impõe é se existe um Direito Zootécnico.

É possível falar em empresa zootécnica ao lado da empresa de cultura, de cultivo de vegetais.

ANTONIO CARROZZA ensina que a essência da agrariedade está na atividade de criação (tanto de vegetais como de animais) ao apontar como o *proprium* imutável da atividade agrária, ainda que em contínua evolução a especialização das vicissitudes produtivas.<sup>33</sup>

O eminente Mestre conclui que o surgimento da legislação zootécnica teve por conseqüência o surgimento do Direito Zootécnico o qual tem por objeto: a fecundação artificial, a política veterinária ao disciplinar a produção, o comércio de raça, etc.<sup>34</sup>

ALFREDO MASSART sugere que é notável a variedade das espécies animais hoje criadas em atividade de empresa, seja para fins alimentários ou de outro gênero.

<sup>29</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 40.

<sup>30</sup>Id., ibid. pp. 40 e 41.

<sup>31</sup>Id., ibid. pp. 41 e 42.

<sup>32</sup>Id., ibid. pp. 44, 45 e 46, notas 72 e 73.

<sup>33</sup>MASSART, Alfredo. "Problemas actuales de la dogmática en el derecho agrario - El nacimiento del derecho agrario moderno y el instituto de la empresa zootécnica" em "Síntesis de Derecho Agrario", San José de Costa Rica: Sapiência 1991, p. 54.

<sup>34</sup>CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. "Teoría general e institutos de derecho agrario", op. cit. p. 222.

ro, multiplicando-se as empresas que operam neste setor e suscitando ao jurista, em geral, e ao jusagrarista, em particular, pontos novos e interessantes de reflexão científica.<sup>35</sup>

Falar-se em Direito Zootécnico concerne à reconstrução dogmática do Direito Agrário porque o tema é relevante pelas implicações científicas que comporta e pelas perspectivas de estudo e de investigação que se apresentam, tanto para quem se incumba do desenvolvimento da zootecnia (conseqüentemente o perfil prático), como a modernização da legislação brasileira, tendo presente a elaboração de um estatuto do Direito Zootécnico, já concretizado em alguns países.

A atividade zootécnica revela uma agrariedade própria: ensina ALFREDO MASSART que a zootecnia é atividade agrária de *per se*, de todos os modos pertence à área da agricultura. Na visão dos autores franceses trata-se de atividade agrária porque inserida no meio rural.<sup>36</sup>

As criações se especializaram e os criadores de hoje são técnicos que operam com terra ou sem ela. Assim, em alguns casos, a criação sem terra se converte na única possível, mais conveniente sob o ponto de vista econômico.

As mudanças são intensas no setor. Por exemplo, criações avícolas atualmente são organizadas preferencialmente com base no critério do *part-time* ou das sociedades que se poderiam denominar atípicas.<sup>37</sup>

ALFREDO MASSART sustenta que já existe uma certa normativa, uma praxis contratual, e que nada obsta que agora a doutrina - o que é desafiante e se antecipa à atividade legislativa - comece a falar de um estatuto da empresa zootécnica, ao lado do estatuto da empresa de cultivo de vegetais.<sup>38</sup>

Ensina que a empresa zootécnica é uma realidade do setor primário do mundo agrário (e não do setor secundário: comercial e industrial) e que - note-se a relevância da conclusão do eminente especialista - o estatuto da empresa zootécnica, especialmente no caso de criação sem terra, se imbricará em um ponto intermédio entre a empresa agrária tradicional e a empresa comercial.<sup>39</sup>

A extensão da matéria zootécnica se pode comprovar pela variedade de temas que poderiam compor um seminário sobre aspectos jurídicos e econômicos da nova zootecnia: 1) questões de teoria geral: definição de Direito Zootécnico e de empresa zootécnica (sujeitos, forma e objeto); 2) os contratos agrários no setor zootécnico (contratos para a empresa e da empresa); 3) estrutura particular do estabelecimento zootécnico; 4) trabalho na empresa zootécnica, compreendendo os aspectos previdenciários (infortunisticos); 5) legislação especial sobre diferentes produtos (ovos, leite, carne, etc. e seus alimentos); 6) normativa de construção referente à ati-

<sup>35</sup>MASSART, Alfredo. op. cit. p. 55.

<sup>36</sup>Id., ibid. p. 56.

<sup>37</sup>Id., ibid. p. 56.

<sup>38</sup>Id., ibid. p. 62.

<sup>39</sup>Id., ibid. p. 64.

vidade zootécnica; 7) genética animal; 8) matéria veterinária (higiene e profilaxia: um direito veterinário?); 9) integração vertical em zootecnia; 10) aspectos fiscais em zootecnia.<sup>40</sup>

## VI - A INTEGRAÇÃO NA AGRICULTURA

Por integração na agricultura, ensina ANTONIO CARROZZA, deve-se entender acordos resultantes de iniciativas individuais mas que se aperfeiçoaram através da contratação pactuada por uma categoria (respectivamente de agricultores e industriais pertencentes a um determinado setor produtivo), com concurso da ação mediadora por parte do poder público.

Este gênero de contratação de categoria pode-se reportar à denominada economia contratual ou interprofissional, à qual se reconhece um desempenho importante na organização do mercado agrícola, conforme os modelos de programação.<sup>41</sup>

A interprofissionalidade se admite, por exemplo, em virtude de uma política agrícola comunitária, advertindo-se a necessidade de fixar um teto a certas produções com o fim de prevenir a formação de excedentes (de leite, açúcar de beterraba, hortifrutículas para transformação).<sup>42</sup>

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN refere-se à nova agricultura nascida do desenvolvimento moderno, e salienta que o desenvolvimento econômico da agricultura gera o aparecimento de formas de interação e de colaboração novas e emergentes entre diversos setores do processo produtivo.<sup>43</sup>

Aponta que o empresário agrário - tanto fitotécnico como zootécnico - representa apenas um anel, cuja conexão com outros empresários do mesmo setor com empresas com atividade de industrialização ou comercialização de produtos agrícolas cria uma cadeia mais sólida e compacta, que une os diferentes setores produtivos desde a germinação da semente e o nascimento de animal até sua aquisição no mercado pelo consumidor, preliminar a uma ou múltiplas transformações.

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN esclarece que este fenômeno origina, em termos econômicos, processos de integração horizontal e vertical como resultado de acordo entre grupos de empresários para o exercício de uma atividade.

Na integração horizontal se realiza em um determinado setor e na integração vertical amplia-se para cobrir dois ou mais setores do mesmo ciclo produtivo.<sup>44</sup> A relevância desta integração reside em que ela implica a passagem de uma economia

<sup>40</sup>Id., ibid. pp. 61 e 62. O temário foi proposto pela Associação italiana de cultores do Direito Agrário.

<sup>41</sup>CARROZZA, Antonio. Capítulo XII, sobre agricultura em grupo, em "*Teoría general e institutos de Derecho Agrario*", em co-autoria com RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, op. cit. p. 234.

<sup>42</sup>Id., ibid. op. cit. p. 234.

<sup>43</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón e CARROZZA, Antonio. "*Teoría general e institutos de Derecho Agrario*", op. cit. p. 310. Ainda MASSIMO CONFORTINI e ATTILIO ZIMATORE, op. cit. pp. 221, 225 e 228.

<sup>44</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. op. cit. p. 310.

de subsistência para uma economia de mercado. Produz-se em massa, para um consumidor mais refinado, cujas exigências de qualidade obrigam a um avanço tecnológico para a melhoria dos produtos e para conseguir técnicas mais versáteis e ágeis para encaminhar o produto melhor apresentado ao mercado.

Nesta perspectiva, a agricultura inscreve-se num processo evolutivo onde, necessariamente, deve se vincular mais estreitamente com empresas industriais e comerciais.<sup>45</sup>

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN aponta o efeito da integração na agricultura, a saber, ser aceite o princípio conforme o qual a empresa agrária isolada - dentro deste fenómeno de desenvolvimento económico - atua com importância económica relativa, pois os lucros de outros sujeitos de direito - cujos riscos são inferiores - resultam melhores em comparação com ela, o que obriga a uma mudança na estratégia.<sup>46</sup> Caracteriza a integração na agricultura como uma alternativa onde operam os fenómenos da integração horizontal e vertical, e aparecem os contratos agroindustriais e os acordos interprofissionais.

Dentro dessa alternativa, a planificação e a programação assumiram uma proposta diferente.<sup>47</sup>

O perfil económico da integração, frente às exigências da economia, apresenta-se como uma resposta positiva, sob formas realmente complexas, assumindo modalidades próprias das exigências atuais sem obedecer necessariamente a cânones preestabelecidos. O próprio nível da integração varia de caso a caso.

A integração horizontal, para RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, refere-se à utilização dentro de um mesmo setor produtivo. Trata-se da coordenação de um grupo de empresários, dedicados à mesma atividade, para o seu exercício.

A integração horizontal pode ser total ou parcial, conforme o modo como se estabelece a união dentro da própria atividade.<sup>48</sup>

A integração horizontal será total dentro da agricultura quando ainda se mantenha a titularidade por separado de cada uma das empresas, ou seja, sem que exista fusão, pois, nesse caso, estar-se-ia na presença de outro fenómeno e o conjunto de empresários realizam ou executam numa ação toda a atividade.

A integração horizontal será parcial quando as empresas integradas realizem, conjuntamente, aspectos determinados de sua atividade.<sup>49</sup>

A integração horizontal se consagra na figura do consórcio, que se identifica com o contrato pelo qual um grupo (dois ou mais) de "empresários constituem uma organização comum para o desenvolvimento de determinadas fases nas respectivas empresas".<sup>50</sup>

---

<sup>45</sup>Id., *ibid.* p. 311.

<sup>46</sup>Id., *ibid.* p. 311.

<sup>47</sup>Id., *ibid.* p. 312.

<sup>48</sup>Id., *ibid.* p. 311.

<sup>49</sup>Id., *ibid.* p. 311.

<sup>50</sup>Id., *ibid.* p. 312. A definição de consórcio é do artigo 2.062 do Código Civil italiano.

A utilidade da integração horizontal pode se apresentar tanto na produção como para o intercâmbio de bens e serviços, porém sempre dentro da mesma fase.<sup>51</sup>

Já a integração vertical, pelo contrário, apresenta-se quando se integram dois ou mais setores de fases diferentes do mesmo ciclo produtivo. As empresas que se integram (duas ou mais) pertencem aos setores da agricultura, da indústria e do comércio, com variantes distintas.<sup>52</sup>

Na integração vertical supõe-se que na base se encontra a atividade agrária, em um nível superior a industrialização (incluindo-se nesta a transformação), e em outro ainda mais alto a comercialização.

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN indica o conteúdo: este será ascendente quando a integração vertical é posta em execução ou impulsionada por uma atividade de grau inferior em relação a outra de grau superior. O integrante é inferior e o integrado é superior. Configura-se quando a integração nasce da agricultura rumo à indústria e comércio, ou para uma ou outra independentemente e, inclusive, a indústria para o comércio.<sup>53</sup>

Há o tipo de integração descendente quando vai de superior para inferior. O integrante é superior e o integrado, inferior. Neste sentido, seja em forma conjunta ou isolada, comércio e indústria integram a agricultura.<sup>54</sup>

A distinção entre integração vertical ascendente e descendente tem sua relevância prática sob o ponto de vista econômico ou de política agrária. A relevância prática reside em que a origem da integração determina, em geral, o nível de poder ou influência quase sempre exercida pelo integrante sobre o integrado. Ademais, o conteúdo contratual e seus efeitos são definidos, sob a ótica jurídica, pelas particularidades que os traços distintivos de cada tipo apresentam.<sup>55</sup>

A integração vertical permite a configuração de outro sistema de distinção quando são concebidos dois tipos de integração: a total ou direta, que opera quando existe uma gestão única nos diferentes níveis e a parcial ou indireta, quando cada nível exerce a gestão em forma independente.<sup>56</sup>

Após a análise elaborada impõe-se indagar: quais as vantagens obtidas com a integração das partes?

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN fornece a resposta.

Convém a integração ao empresário agrário para garantir a venda do produto, venda essa inclusive pactuada antes de se iniciar o ciclo biológico.

Com a diminuição do risco para chegar ao mercado, o empresário agrário terá fixado o preço determinado ou determinável com o industrial - e poderá deste re-

---

<sup>51</sup>Id., *ibid.* p. 311.

<sup>52</sup>Id., *ibid.* p. 312.

<sup>53</sup>Id., *ibid.* p. 312.

<sup>54</sup>Id., *ibid.* p. 312.

<sup>55</sup>Id., *ibid.* p. 312.

<sup>56</sup>Id., *ibid.* p. 312.

ceber adiantamentos do preço antes da entrega, ao mesmo tempo -, em que poderá ter acordado o recebimento de sementes, insumos e assistência técnica, melhorando consideravelmente, destarte, a qualidade do bem a ser entregue ao industrial.<sup>57</sup>

Se a integração interessa ao empresário agrário, isso igualmente ocorre para quem industrializa os produtos agrícolas, vez que lhe garante a quantidade dos bens necessários para o adequado funcionamento de sua empresa, sem ter que assumir o estágio de produtor agrícola: ex.: indústria de sucos de laranja.

Todavia, o empresário que industrializa não será desligado da produção agrária, pois ao fornecer sementes, insumos ou animais, além de assistência técnica - descontáveis do preço ao empresário agrário -, garantirá a qualidade dos bens por adquirir e exercerá certo controle sobre a produção.<sup>58</sup>

## VII - CONTRATO AGROINDUSTRIAL

A categoria dos contratos agroindustriais é indiscutível quanto à sua existência, a qual é fácil de sustentar porque a sua configuração ocorre, continuamente, na prática contratual, a despeito da dificuldade em obter unidade sob o perfil dogmático-jurídico.

Para RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, o contrato agroindustrial pode ser identificado em sentido amplo em todos os acordos entre empresários agrícolas, zootécnicos e fitotécnicos de um lado, e, de outro, empresários comerciais, industriais ou comerciantes, através de uma integração vertical das atividades agrícola e comercial, da qual nascem obrigações recíprocas da mais variada índole, tendentes, entre outras, a produzir na forma associada um produto com características determinadas, sob a gestão do empresário agrário na agricultura, recebendo em contraprestação serviços e assistência do empresário comercial, além do pagamento.<sup>59</sup>

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN esclarece que o contrato pode nascer proveniente de um acordo entre um grupo de empresários agrícolas com um empresário comercial, ou surge com a representação dos primeiros com grupos de empresários comerciais - sendo neste caso identificados como acordos interprofissionais -, pelo que se os identifica como contratos de integração vertical, que se concretizam logo em forma individual entre uns e outros, gerando-se entre eles uma ampla gama de obrigações de fazer.<sup>60</sup>

O contrato agroindustrial é um contrato atípico, daí a pertinência da fixação de sua natureza jurídica, do seu enquadramento numa das categorias de contratos: civil, agrário, industrial ou comercial.

---

<sup>57</sup>Id., *ibid.* p. 314.

<sup>58</sup>Id., *ibid.* p. 314.

<sup>59</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón, e CARROZZA, Antonio. *Teoría general e institutos de Derecho Agrario*, ob. cit., pp. 312 e 313.

<sup>60</sup>Id., *ibid.* p. 313.

A conclusão a que se deve chegar é a da existência da necessidade de caracterizar o contrato sobre bases dogmáticas do Direito Agrário, mas, de qualquer modo, ainda inexistindo um contrato típico, RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN ressalta que em uma complexidade de relações haverá um caráter de contrato misto.<sup>61</sup>

O substrato das relações se origina precisamente no ciclo biológico e a integração vertical se dirige principalmente ao mercado agroalimentário.

O contrato agroindustrial serve ao empresário agrário essencialmente para realizar o fim de alienação dos produtos.

O acordo entre a empresa agrária e a empresa industrial de transformação se verifica antes da colheita; não se pode negar que estamos diante da causa venda de coisa futura (os frutos do fundo em estado verde, ou, todavia, não nascidos). A venda de coisa futura relaciona-se com a atividade de produção agrária e com o conceito de empresa agrária.<sup>62</sup>

A venda dos produtos e sua colocação no mercado constitui uma fase da atividade desenvolvida pelo empresário agrário. Trata-se, precisamente, de uma atividade conexa e como tal absorvida pela órbita da empresa agrária e sujeita ao seu estatuto.

O contrato agroindustrial caracteriza-se tendo presente quatro aspectos: a) a atividade agroindustrial é conexa à de produção agrária; b) o contrato agroindustrial é um contrato típico de exercício da empresa agrária: contrato associativo; c) complexidade da causa no contrato agroindustrial; d) urgência na sua institucionalização e conceitualização.<sup>63</sup>

a) *A atividade agroindustrial é conexa à de produção agrária*

O contrato agroindustrial permite entrever uma certa relação de conexão entre o empresário agrário e o empresário comercial, vez que o primeiro recebe não apenas uma contraprestação em dinheiro, mas o complexo das obrigações recíprocas lhe permite adquirir certos direitos provenientes da própria industrialização de seus produtos.<sup>64</sup>

Esta situação encontra paralelo ao se reputarem conexas às atividades do empresário agrário aquelas de transformação, industrialização ou comercialização de seus produtos.

A agricultura encontra-se na base da integração vertical e sobre ela se encontra o empresário comercial realizando atividades industriais e comerciais, não se podendo entender factível a realização destas últimas sem a existência da primeira, e onde se origina o ciclo produtivo.<sup>65</sup>

<sup>61</sup>Id., *ibid.* p. 318.

<sup>62</sup>O artigo 2.135 do Código Civil Italiano utiliza a terminologia atividade "conexa".

<sup>63</sup>CARROZZA, Antonio. Citado por RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN *ob. cit.* p. 324.

<sup>64</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. *Ob. cit.* p. 319.

<sup>65</sup>Id., *ibid.* p. 319.

Dentro desta contextura - e ainda quando se afirma sua atipicidade - o contrato agroindustrial permite uma qualificação dentro do contrato agrário, na lição de RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN.<sup>66</sup>

*b) O contrato agroindustrial é um contrato típico de exercício da empresa agrária - Contrato associativo*

Na distinção entre contratos agrários para a empresa - os destinados à constituição da empresa agrária - e contratos agrários da empresa ou assim denominados de exercício da empresa agrária, o contrato agroindustrial entra na segunda categoria, pois são empresas já constituídas que outorgam eficácia para a satisfação de um fim.

Ademais, como ensina RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN, trata-se, claramente, de contrato associativo (não de intercâmbio: como o seria pura e simplesmente na venda de produtos agrícolas), porque dele participam empresários agrários e comerciais, resultante das obrigações múltiplas de fazer, interagindo-se, obtendo benefícios mútuos.<sup>67</sup>

ANTONIO CARROZZA, após enquadrar o contrato agroindustrial como contrato com causa mista, esclarece que apresenta uma pluralidade de causas, porém, uma delas pode se apresentar preeminente e servir em certo sentido de liame das outras: uma supercausa, em suma, identificável no fim comum de realizar uma coordenação de atividades pertencentes a duas empresas distintas e com natureza diferente.

Estas considerações, conclui ANTONIO CARROZZA, desobstruem o caminho para se qualificar o contrato agroindustrial como um contrato (agrário) associativo.<sup>68</sup>

*c) Complexidade da causa no contrato agroindustrial*

A empresa, sendo a causa do contrato, não se poderia afirmar na existência exclusiva de uma causa agrária, mas esta causa adquire caráter misto, enquanto na base do contrato se encontram duas empresas que exercem atividades de tipos diferentes e assim a causa poderá ser agrária e industrial, agrária e comercial, ou com acerto: agrária, industrial e comercial.

O contrato agroindustrial, como forma econômica emergente, passou a normatizado, convertendo-se em verdadeira categoria jurídica.<sup>69</sup>

*d) Urgência na institucionalização e conceituação do contrato agroindustrial*

A institucionalização dos contratos agroindustriais é de urgência inadiável, quer se os conceba em forma unitária ou estabelecendo diferentes regimes jurídicos, conforme as necessidades próprias da atividade em cada uma das suas ocupações, seja pela importância dos produtos na economia nacional, seja para dar vida a

<sup>66</sup>Id., *ibid.* p. 319.

<sup>67</sup>Id., *ibid.* p. 319.

<sup>68</sup>CARROZZA, Antonio e ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. "Teoría general e institutos de derecho agrario", *op. cit.* p. 326.

<sup>69</sup>ZELEDÓN, Ricardo Zeledón e CARROZZA, Antonio. "Teoría general e institutos de derecho agrario", *ob. cit.* p. 319.



formas contratuais consuetudinárias, isto porque o momento em que vive a agricultura requer instrumentos sólidos que superem sua concepção tradicional e a levam rumo ao progresso.<sup>70</sup>

RICARDO ZELEDÓN ZELEDÓN conclui, quanto aos contratos agroindustriais, que naturalmente a urgência na institucionalização caminha aparelhada à necessidade de delimitá-los conceitualmente, e neste campo os conceitos elaborados pela Teoria Geral do Direito Agrário deveriam servir - melhor que outros - para juridicizar o contrato agroindustrial como forma de integração vertical na agricultura.<sup>71</sup>

Os caracteres fisionômicos da relação jurídica consubstanciada em contrato agroindustrial não se exaurem na alienação de uma quantidade determinada de produtos com características bem individuadas de um lado e na sua aquisição por um corresponsável em dinheiro de outro.

Além da relação meramente comutativa, as partes originam uma relação jurídica composta por múltiplas obrigações recíprocas e é nesta reciprocidade que surge a contraprestação de um preço pela aquisição de produtos agrícolas, que se visualizou o traço peculiar dos contratos agroindustriais.<sup>72</sup>

Para MASSIMO CONFORTINI e ATTILIO ZIMATORE, o contrato agro-industrial, além de produzir efeito translativo da propriedade dos frutos do fundo, gera a cargo das partes numerosas obrigações corresponsivas: 1) o agricultor é normalmente obrigado a seguir técnicas de cultivo, às vezes predeterminadas no próprio contrato, outras vezes impostas, no curso do desenvolvimento da relação jurídica pelo adquirente; 2) em muitos casos o agricultor deve empregar sementes, estrumes, antiparasitas fornecidos pelo adquirente (por um preço determinado que será sucessivamente deduzido do pagamento pela transferência do produto), ainda, é obrigado a realizar as operações de semeadura e colheita conforme modalidades e épocas fixadas pelo outro contraente; 3) frequentemente é obrigado a utilizar, para a transferência da mercadoria para o local da entrega, recipientes fornecidos pelo adquirente e observar normas minuciosas para a embalagem.

Em numerosos casos, enfim, o agricultor está obrigado para com a empresa de transformação e de comercialização por um pacto de exclusividade.<sup>73</sup>

Os contratos agroindustriais têm como sujeitos legitimados para a conclusão dos acordos interprofissionais, de um lado, as associações dos produtores ou as uniões pertinentes reconhecidas e, de outro lado, as associações ou agrupamentos de empresas de transformação ou de comercialização.<sup>74</sup>

---

<sup>70</sup>Id., *ibid.* p. 320.

<sup>71</sup>Id., *ibid.* p. 320.

<sup>72</sup>CONFORTINI, Massimo e ZIMATORE, Attilio. Op. cit. 224. Quanto ao elemento reciprocidade se referem à contribuição.

<sup>73</sup>Id., *ibid.* p. 224.

<sup>74</sup>Id., *ibid.* p. 228.

Os contratos agroindustriais podem consistir em contratos individuais de cultivo e cessão de produtos agrícolas.

Os caracteres deste tipo contratual ainda denominado são: oneroso, consensual, forma livre, não *intuitu personae*; há dúvidas se o legislador tenderá para contrato com efeitos reais ou, puramente, obrigacionais ou se estará tipificado como contrato "a consenso antecipado".<sup>75</sup>

Discute-se, a nível de proposta legislativa de regulamentação do contrato agroindustrial, se as obrigações a cargo do empresário agrário encontram limites na força maior e pelo menos formulou-se uma orientação no sentido de que o devedor livra-se da obrigação de adimplir, exclusivamente, se a eventualidade de força maior se tenha verificado na primeira fase do ciclo produtivo e desde que não seja possível nova sementeira ou transplante.<sup>76</sup>

É interessante noticiar que o contrato agroindustrial é usado entre empresas agrárias na ex-União Soviética.<sup>77</sup>

A expressão agroindustrial aparece no Estatuto da Terra, mas não se conecta ao instituto contrato agroindustrial. O artigo 92 da referida Lei prevê a parceria agroindustrial, a qual é definida no artigo 5º, inciso III, do Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966.

artigo 5º *caput*. Dá-se a parceria:

inciso III:

*"III - agroindustrial, quando o objeto de cessão for o uso do imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, e ou maquinaria e implementos com o objetivo de ser exercida atividade de transformação de produto agrícola, pecuário ou florestal;"*

#### *e) Contrato agroindustrial, direito agroalimentar, direito ambiental*

Uma indagação que tem pertinência é a de saber se o âmbito do contrato agroindustrial se alarga com a noção difundida por alguns de um direito agroalimentar.

Ao se examinar o conteúdo da agricultura, ao se examiná-la sob vários ângulos, impõe-se distinguir a concepção "pura" de Direito Agrário, do direito ambiental e do direito agroalimentar.

Nota-se, na doutrina agrarista de outros países, especialmente em língua espanhola, inclinação em direção à preservação dos recursos naturais e ao direito agroalimentar.

<sup>75</sup>Id., ibid. p. 231.

<sup>76</sup>Id., ibid. p. 232.

<sup>77</sup>BELGAEVA, Z.S. "Il contratto come forma giuridica di regolamentazione dei rapporti economici nel complesso agro-industriale". *Rivista di Diritto Agrario*. v. 67, 1988. pp. 221 e 227.

Parte da doutrina agrarista italiana se posiciona com fidelidade a favor da manutenção de uma concepção "pura" do Direito Agrário e de seu objeto e está induzida a afastar (ou pelo menos manter à margem da matéria jusagrarista) as sugestões que sustentam estar em curso ou até já estaria muito avançada a transformação do Direito Agrário - concebido como o complexo de normas que disciplinam a produção agrícola e a atividade pertinente - em um direito da natureza, dominado pela preocupação ecológica e forjado na medida desta (e que se poderia denominar, também direito ambiental), ou em um direito da alimentação concebido de modo a abraçar todos os fenômenos da produção, e conjuntamente aquelas pertinentes à transformação industrial dos produtos da terra e da criação.

Para exemplificar, o jusagrarista argentino EDUARDO PIGRETTI é expoente da corrente de seu país que valoriza as reservas naturais e delinea os critérios e princípios que embasam o direito ambiental.

Já o jusagrarista espanhol ALBERTO BALLARIN MARCIAL procura demonstrar que o Direito Agrário convencional está na iminência de ser absorvido pelo direito agroalimentar; e pode ser indicado GIULIO VIGNOLI, que aponta a hipótese de um direito sanitário - veterinário da agricultura ao qual pertenceria o direito alimentar ou vice-versa.<sup>78</sup>

O direito agroalimentar na concepção de ALBERTO BALLARIN MARCIAL é *"um sistema de normas que regulam a atividade pública e privada relativa à agricultura e alimentação, à conservação da natureza e a melhora das condições do ambiente rural"*.

O criador da orientação explica que se trata de introduzir na definição o termo alimentação e propor que, por consequência, este sistema de normas se denomine direito agroalimentar, vez que os dois pólos em que se baseia seriam, de um lado, a relação homem-terra face a produção de alimentos e matérias-primas numa atividade agrícola *stricto sensu* e, de outro lado, a alimentação: fenômeno, este último que abrange não apenas a agricultura, mas, também, a pesca, a criação de ostras, a aquicultura, a criação de animais e, em geral a produção de carnes e de vegetais "sem terra", incluída a extração de petróleo.

ALBERTO BALLARIN MARCIAL, referindo-se à conservação da natureza e do ambiente rural, não obstante sua importância, assevera ter relevo menor e, pois, não aparecem, diretamente, no vocábulo "agroalimentar", mas é evidente, estão inseridos numa visão moderna da questão agrária.<sup>79</sup>

ALBERTO BALLARIN MARCIAL conclui asseverando que "fundamos, pois, um direito agroalimentar novo, com duas temáticas fundamentais, a agrária *stricto sensu* e a agroalimentar".<sup>80</sup>

<sup>78</sup>Consultar *"Rivista di Diritto Agrario"*, v. 63, III, 1984, pp. 177 e 178, nota da redação da publicação. Em referido volume, encontram-se artigos dos autores que abordaram o assunto.

<sup>79</sup>Id., *ibid.* p. 209, nota 5.

<sup>80</sup>BALLARIN MARCIAL, Alberto. *"Dal Diritto Agrario al Diritto Agro-alimentare"*, em *Rivista di Diritto Agrario*, v. 63, 1984, pp. 208 e 209.

Mas, numa visão moderna, além das perspectivas do direito ambiental e do direito agroalimentar, devemos falar em agricultura "ecológica" e em agricultura "biológica".

*f) agricultura "ecológica" e agricultura "biológica"*

ALBERTO BALLARIN MARCIAL fala em agricultura "ecológica" conservadora e não destrutiva do solo e das águas e em agricultura "biológica", que conserva a genuidade dos alimentos, confiando seu desenvolvimento na biologia, não ao estímulo químico de fertilizantes. Notícia que nos países desenvolvidos cresce a demanda para alimentos não contaminados, obtidos biologicamente.<sup>81</sup>

GIOVANNI CERRETELLI, BRUNO BAGNOLI e MARCO ACCORDI informam que a expressão "agricultura ecológica" se desenvolve através de vários modelos, alguns criados na Europa na primeira metade do século XX. Tais modelos são conhecidos como agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura regenerativa, agricultura orgânica, agricultura sustentável, agricultura alternativa, agricultura integrada, etc.

Asseveram que à medida que estes modelos de agricultura ecológica assumiram uma conotação mais precisa e econômica em vários países, inclusive da Comunidade Econômica Européia, reforçou-se a pressão em direção a uma regulamentação legislativa específica e orgânica para favorecer o desenvolvimento através de incentivos, disciplinando todas as diversas fases da produção e comercialização de modelo a tutelar produtores e consumidores.<sup>82</sup>

Em vários países há um aumento de áreas cultivadas de acordo com os critérios da agricultura biológica.<sup>82</sup>

O desenvolvimento da agricultura biológica apenas ocorrerá com a realização de alguns objetivos prioritários: 1) características qualificativas elevadas dos produtos; 2) garantia da origem biológica; 3) continuidade nos fornecimentos; 4) diversificação suficiente das produções; 5) confeccionamento apropriado; 6) uso de marcas de qualidade e de origem; 7) educação do consumidor nas aquisições.

Os autores citados consideram a definição de agricultura biológica constante da lei especial do Texas como suficientemente articulada e, pois, geralmente aceita:

*"Um sistema ecológico de gestão do solo em que seja garantida a manutenção de um alto percentual de húmus através de rotações, acréscimo de fertilizantes orgânicos e uso somente quando necessário de meios de controle dos fatores adversos (instrumentos mecânicos, biológicos e químicos, caracterizados, de qualquer modo, por diminuto impacto ambiental)".*

<sup>81</sup>Id., ibid. p. 220.

<sup>82</sup>CERRETELLI, Giovanni, BAGNOLI, Bruno e ACCORDI, Marco. "Agricoltura Biologica negli USA", in Rivista di Diritto Agrario, 1991, pp. 24 e 26.

Alimento biológico define-se, ao invés, como:

*"Um produto obtido em empresas biológicas, feito, transformado e armazenado de modo tal a conservar o valor nutritivo no máximo e sem recurso algum de conservantes artificiais, corantes, aditivos, radiações ionizantes ou fitofármacos de síntese".<sup>83</sup>*

Em conclusão: estas as considerações pertinentes para a abordagem de aspectos modernos da Teoria Geral do Direito Agrário.

---

<sup>83</sup>Id., ibid. p. 26.